



COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS

Parecer

Relativo à **Proposta n.º 320/2015** – *Aprovar o Relatório de Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2014*

I – NOTA INTRODUTÓRIA

Através da Proposta n.º 320/2015 (adiante designada por proposta), subscrita pelo Vereador com o Pelouro das Finanças, João Paulo Saraiva, e aprovada por maioria pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião a 24 de Junho de 2015, submete-se à Assembleia Municipal de Lisboa¹ a apreciação do Relatório das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Município de Lisboa de 2014.

Tendo a Proposta sido remetida, pela Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Helena Roseta, para a Comissão Permanente de Finanças, Património e Recursos Humanos, a fim de ser apreciada e, consequentemente, emitido parecer até dia 29 de Junho de 2015 cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa para o mandato 2013-2017².

Em 22 de Julho a Comissão reuniu para audição do Vereador João Paulo Saraiva, sobre o conteúdo da Proposta.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT 2114/SG/DAOSM/GAAM/2015

DATA 29/06/2015

Emenda final

¹ Nos termos das disposições conjugadas da alínea k) do n.º 1 do artigo 25.º e da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º, ambos do regime jurídico das autarquias locais, bem como do artigo 116.º do regime jurídico da delegação de competências, ambos os regimentos aprovados no anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, da qual faz parte integrante.

² Aprovado pela Deliberação n.º 58/AML/2014, da Assembleia Municipal de Lisboa, de 18 de Março, e publicado no 1.º Suplemento ao *Boletim Municipal* n.º 1048, de 20 de Março de 2014. Daqui em diante designado apenas por Regimento.

II – CONSIDERANDOS

2.1.) Enquadramento

Constituem atribuições da Assembleia Municipal de Lisboa apreciar e votar os documentos de prestação de contas, nos termos do artigo 24.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.

Compete à Câmara Municipal de Lisboa elaborar e aprovar a norma de controlo interno, bem como o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais do município e respectiva avaliação e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro em conjugação com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

2.2.) Apreciação da presente proposta

O Relatório de Gestão e Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2014 integram, para além das contas relativas ao município, as das empresas cujo capital é integralmente detido pelo município, fazendo parte deste universo a EMEL, a EGEAC, a GEBALIS e a Lisboa Ocidental SRU. De referir que a EPUL foi dissolvida em 31/12/2014, tendo o seu património activo e passivo sido transferido para o município de Lisboa.

As empresas municipais representam 3,8% do total do activo do município, o que equivale a 117 milhões de euros.

Relativamente ao Balanço Consolidado, o valor do activo considerado é de 3.073,5 milhões de euros, tendo-se verificado um decréscimo em cerca de 706,9 milhões de euros relativamente a 2013. Esta redução resultou de operações de regularização levadas a cabo pelo município, designadamente a diminuição dos valores do imobilizado de 748,6 milhões de euros, e também o encontro de contas efectuado entre valores activos e passivos relativamente a permutas no valor de 106,4 milhões de euros compensados por um aumento dos acréscimos de proveitos de 108,9 milhões de euros (relativos ao registo pela primeira vez do valor do IMI referente a 2014, mas que será cobrado em 2015).

Verifica-se uma redução nas existências resultante da integração das contas da EPUL no município.

Quanto ao passivo, verificou-se uma diminuição de 325,8 milhões de euros resultantes da redução generalizada das dívidas a pagar, bem como dos movimentos de regularizações efectuados pelo município. As dívidas a terceiros a curto prazo apresentaram um decréscimo de 208,5 milhões de euros relativamente a 2013.

Na Demonstração de Resultados Consolidada verifica-se que o resultado líquido consolidado foi de 21,7 milhões de euros, revelando um acréscimo de 1,8 milhões de euros relativamente ao ano anterior.

Relativamente às empresas municipais, verifica-se que a situação económico-financeira da EMEL evoluiu de forma positiva, permitindo um pagamento ao município de 10 milhões de euros relativos a compensações de 2009 a 2011. A EGEAC também teve uma evolução económico-financeira positiva, registando uma diminuição do deficit de exploração, levando a uma diminuição do subsídio de exploração de 2014.

Quanto à GEBALIS, a situação também evoluiu positivamente, devido sobretudo à transferência de uma verba de 6,8 milhões de euros no âmbito da deliberação nº 567/CM/2010, e ainda beneficiou de um subsídio de 1,5 milhões de euros no âmbito do PIPARU/QREN. Quanto à Lisboa Ocidental SRU, dada a sua natureza não comercial, todos os seus investimentos são financiados pelo contrato de financiamento celebrado com o IHRU.

Parecer do Revisor Oficial de Contas (ROC)

O parecer refere que, tendo em conta as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas Consolidadas, se devem aprovar os documentos de prestação de contas consolidadas do município de Lisboa do exercício de 2014.

Na opinião do Revisor Oficial de Contas, “as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Lisboa em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações consolidadas e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos constantes do Plano Oficial de contabilidade das Autarquias Locais (POCAL)”.

Audição do Vereador com o Pelouro das Finanças

Durante a audição foram colocadas várias questões relativamente às reservas elencadas no Parecer do Revisor Oficial de Contas.

A reserva referida no ponto 7 prende-se com a não homogeneização dos critérios valorimétricos das entidades incluídas no perímetro de consolidação. Tal facto deve-se à coexistência de dois sistemas de contabilidade, o Plano Oficial de contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) para as empresas públicas e o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as empresas privadas.

Relativamente ao ponto 8 das reservas, que se refere à não confirmação externa de saldos de contas a receber e de contas a pagar, o Vereador esclareceu que se trata de valores cuja confirmação ainda não foi enviada pelos fornecedores.

Quanto ao ponto 9 das reservas, refere que não foram disponibilizadas as demonstrações financeiras do exercício de 2014 e a correspondente Certificação Legal de Contas da participada Associação Parque da Junqueira, foi transmitido aos deputados municipais que esta Associação não tem vindo a consolidar contas com o município, referindo-se a reserva ao cálculo da participação da Câmara Municipal de Lisboa, que deverá ser actualizada tendo em conta a valorização dos activos financeiros.

Quanto ao ponto 10 das reservas, que se refere às obras coercivas e empreitadas realizadas nos anos anteriores registadas na rubrica de Custos Diferidos, foi informado que estão a ser levadas a cabo iniciativas para recuperar os valores, contudo trata-se de processos morosos.

O ponto 11 da reserva refere-se ao acordo de Transacção Judicial e Compromisso Arbitral com a Sociedade Parque Mayer, e está dependente de decisão judicial. Foi invocado que se prevê um acordo com valor abaixo da provisão.

III – OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

3.1.) Opiniões expressas na Comissão

3.2.) Opinião do Relator

IV – CONCLUSÕES

Compete à Câmara Municipal de Lisboa elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do artigo 33.º da lei 75/2013 de 12 de Setembro em conjugação com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), nos termos do Decreto-Lei nº 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

A apreciação da Proposta cumpriu o prazo fixado pela Presidente da Assembleia Municipal ao abrigo do disposto no artigo 75.º do Regimento para a emissão de parecer (data limite 29 Junho 2015).

Face a tudo quanto fica exposto, a Proposta está em condições de ser debatida e votada em plenário da Assembleia Municipal de Lisboa.

As forças políticas e deputados independentes reservam para plenário o seu sentido de voto.

O presente parecer foi aprovado por unanimidade pelas forças políticas e deputados Independentes

V – ANEXOS

Nenhum anexo foi incluído no presente Parecer.

Lisboa, 29 de Junho de 2015

A Presidente da 1.ª Comissão

O Deputado Relator

Irene Lopes

Hugo Lobo